

Pela dominação

Concepções de história e cidadania no clamor por intervenção militar no Facebook (2018-2022)

Rogério Anderson da Silva

Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-5514-2140>
rogeriorras@gmail.com

Luis Fernando Cerri

Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-9650-0522>
lfcetri@uepg.br

Fecha de recepción: 24/06/2024
Fecha de aceptación: 25/9/2025

Resumo

O texto estuda as estratégias discursivas das "novas direitas" no Brasil sobre os militares na política, no contexto da ascensão da "nova direita" na América do Sul desde 2014. A fonte são textos de comunidades do Facebook a favor da intervenção militar, analisados por meio de netnografia em abordagem "lurker". Utilizou-se o Gephi para criar representações visuais de redes de palavras e conceitos que permitem identificar padrões, centralidades e relações entre os elementos. Verificou-se que tais comunidades enaltecem o regime militar como época de valores cristãos, nacionalistas e ocidentais, idealizam os militares como salvadores da nação e buscam restaurar uma suposta "idade de ouro" do Brasil.

Tramas
y Redes
Jun. 2026
Nº10
ISSN
2796-9096

Palavras-chave

1| cultura política 2| cultura histórica 3| direitas 4| militares 5| usos da história

Cita sugerida

Silva, Rogério Anderson da y Cerri, Luis Fernando (2026). Pela dominação: concepções de história e cidadania no clamor por intervenção militar no Facebook (2018-2022). *Tramas y Redes*, (10), 231-251, 10am. 10.54871/cl4c10am



Esta obra está bajo licencia Creative Commons Atribución-NoComercial-CompartirIgual 4.0 Internacional https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/deed.es_AR

Por la dominación: concepciones de historia y ciudadanía en el reclamo por intervención militar en Facebook (2018-2022)

Resumen

El texto estudia las estrategias discursivas de la "nueva derecha" en Brasil sobre los militares en la política, en el contexto de su auge en Sudamérica desde 2014. La fuente son textos de comunidades de Facebook a favor de la intervención militar, analizados mediante netnografía en enfoque "lurker". Se utilizó Gephi para crear representaciones visuales de redes de palabras y conceptos que permiten identificar patrones, centralidades y relaciones, comprendiendo la dinámica de las comunidades virtuales. Se constató que estas comunidades ensalzan el régimen militar como época de valores cristianos, nacionalistas y occidentales, idealizan a los militares como salvadores y pretenden restaurar una supuesta "edad de oro" de Brasil.

Palabras-clave

1| cultura política 2| cultura histórica 3| derecha 4| militares 5| usos de la historia

For domination: conceptions of history and citizenship in the clamor for military intervention on Facebook (2018-2022)

Abstract

The text studies the discursive strategies of the "new right" in Brazil regarding the military in politics, in the context of its rise in South America since 2014. The sources are texts from Facebook communities supporting military intervention, analyzed through netnography in a "lurker" approach. Gephi was used to create visual representations of word and concept networks, identifying patterns, centralities, and relationships between elements to understand the dynamics of virtual communities. These communities were found to praise the military regime as a time of Christian, nationalist, and Western values, idealize the military as the nation's saviours, and seek to restore a supposed "golden age" of Brazil.

Keywords

1| political culture 2| historical culture 3| right-wing 4| military 5| uses of history

Introdução

Para quem parasse de observar a vida política no Brasil de 2004, no aniversário de 50 anos do golpe de 1964 e retornasse apenas em 2014, os primeiros indícios de uma visão de mundo autoritária e militarista no debate político pareceriam um raio em céu azul. Aparentemente espontânea e descoordenada, essa visão da política e da história se disseminou publicamente em alguns momentos chave da década de 2010, como os protestos de junho de 2013, as eleições de 2014, a oposição nas ruas ao segundo mandato de Dilma Rousseff que culminou no seu *impeachment* em 2016 e finalmente nas eleições de 2018, vencidas por Jair Bolsonaro. Dentro de um ecossistema de pautas e palavras de ordem antidemocráticas e extremistas, o pedido por “intervenção militar” no governo federal mobilizou a comunidade de extrema direita que se desenvolveu, e foi assimilado pelo bolsonarismo, mantendo-se ativo durante seu mandato, curiosamente como uma promessa/ameaça visando fortalecer o poder de Bolsonaro.

Longe de se resumir a um caso nacional, a ascensão da direita radical e extremista é reconhecida como um fenômeno global, uma onda populista e autoritária recente, associada à crise orgânica da globalização (Pinheiro-Machado e Vargas-Maia, 2023). Líderes de diferentes contextos históricos e conjunturais, como Trump, Erdogan, Bolsonaro, Salvini, Modi, Orban e Bukele, são figuras sintomáticas dessa emergência de novas formações de direita. Este movimento global é impulsionado por elementos transnacionais, incluindo o uso generalizado de mídias sociais digitais, uma economia global interconectada, redes transnacionais de poder e a circulação de teorias da conspiração, que penetraram de forma impressionante na vida cotidiana em todo o planeta (Sanahuja, López-Burián e Vitelli, 2023).

Contudo, o entendimento deste fenômeno global não pode prescindir de diferenciar as especificidades do Sul Global e basear-se somente em análises e processos típicos dos países afluentes, como o colapso do *welfare state*. O chamado Sul Global é definido como o conjunto dos territórios pós-coloniais, marcado pela perpetuação de desigualdades, autoritarismo persistente, conservadorismo, precariedade e colonialidade. A (re)emergência da direita radical nessas regiões não pode ser explicada por uma estrutura teórica indiferenciada desenvolvida a partir de lentes europeias ou norte-americanas. No Sul Global, o fenômeno surge exatamente da modernidade inacabada ou híbrida, em que o extremismo reacionário nunca saiu do horizonte e sempre colocou uma espada sobre a cabeça da construção das democracias. Fatores regionais como a dependência do caminho autoritário e o histórico das relações civil-militares na América Latina são cruciais para explicar como a crise da globalização se manifesta de forma específica na região, principalmente em termos de

intensidade e escala. Por exemplo, no que toca às cruzadas contra os direitos de gênero e sexualidade no Sul Global, os seus efeitos são muito mais prejudiciais devido à consolidação democrática claudicante e à instabilidade do desenvolvimento econômico.

Visando contribuir para um olhar desde o Sul Global sobre os fenômenos em foco, a presente pesquisa visa produzir e agregar elementos contribuintes para a compreensão desse fenômeno político-social, por meio do estudo de comunidades de extrema direita no Facebook que reivindicavam intervenção militar, através da análise de redes de sujeitos, mensagens e conceitos ligados a este fenômeno. O viés desta investigação são os sentidos históricos que os sujeitos atribuem à vida política brasileira, ou seja, a produção, distribuição, consumo e reprodução de imagens, ideias e argumentos que usam a história pelo menos como parte de seu conteúdo. Com base nos objetivos definidos, os conceitos de cultura histórica e cultura política são fundamentais para a análise dos resultados, pois buscamos entender como os elementos da cultura histórica sustentam os pedidos de intervenção militar. Isso nos permite identificar quais aspectos da cultura política são predominantes entre os membros dos grupos estudados. Além disso, possibilita identificar os mecanismos que as direitas alternativas têm utilizado para atrair e mobilizar parte da sociedade brasileira em prol de suas causas. Portanto, a centralidade desses conceitos decorre da necessidade de compreender como a sociedade se relaciona com as esferas públicas de decisão (cultura política), como ela interpreta o passado (cultura histórica), e como essas esferas se relacionam entre si.

Quando nos referimos à cultura histórica de uma sociedade, estamos falando do campo de interpretação do mundo e de si mesmo realizado pelo ser humano através de operações mentais da consciência histórica que fornecem sentido à experiência temporal vivida (Rüsen, 2010). A cultura política, por sua vez, expressa os padrões de comportamento de uma sociedade em relação às esferas onde são tomadas decisões coletivas (Cerri, 2021). A cultura política pode ser vista como um conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas compartilhadas por grupos estabelecidos, revelando uma identidade coletiva que proporciona leituras comuns do passado e inspira projetos políticos futuros (Berstein, 2009). De acordo com Almond e Verba (1989), a cultura política possui três tipos ideais: a paroquial, a de sujeição e a participante. A cultura política paroquial está ligada a perspectivas tradicionais; a de sujeição aproxima-se de estruturas políticas autoritárias e centralizadas; e a participante indica uma estrutura política voltada para a democracia. Para Cerri (2021), a cultura histórica é elemento decisivo para a formação da cultura política, uma vez que fornece conteúdo, contexto e elementos

para a identificação (ou rejeição) dos sujeitos com o sistema político e seus componentes.

Para perseguir o objetivo de contribuir para o estudo desses temas sob esses referenciais teóricos, a pesquisa utilizou comunidades brasileiras de Facebook que pediam intervenção militar no governo federal, utilizando programas para baixar integralmente o texto resultante de postagens, comentários e interações. Essa base textual foi analisada eletronicamente por meio do software livre Gephi, que gera grafos que representam as redes semânticas que permitem analisar a autoria, os temas e conceitos predominantes e as formas pelas quais as interações ocorrem.

Contexto ideológico

Partindo dessa premissa, ao analisar os representantes políticos eleitos, é possível verificar como parte da sociedade se relaciona com determinados eventos políticos do passado. Assim, ao examinar postagens e comentários de grupos que apoiam o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, eleito em 2018, podemos observar como essas pessoas interpretam o período ditatorial brasileiro. O discurso defendido por Bolsonaro baseia-se nas narrativas produzidas pelos militares e pela direita brasileira, que consideram o golpe de 1964 um movimento positivo e heroico ou um mal necessário, justificando-o como uma ação para salvar o Brasil de uma ditadura comunista (Motta, 2021; Rocha, 2021). Em outros termos, os usos falsificadores do passado para sustentar a narrativa política extremista de direita não são originados na atual onda globalizada de radicalização conservadora e autoritária, mas precedem-na (Bivar, 2020).

Essa narrativa foi estruturada a partir da década de 1980, a princípio pelo Centro de Informações do Exército através do projeto Orvil, um dossiê de resposta às críticas ao regime militar, que retomava a ideia de que o Brasil vivia sob constante ameaça comunista. Segundo essa lógica, os militares seriam os guardiões da democracia (Giordani, 1986) e, para combater a ameaça, estava autorizada a destruição das instituições infiltradas pelo comunismo, como mudança de estratégia após a derrota na luta armada; assim, para vencer esse mal, liberava-se o uso da violência, perseguição e eliminação do inimigo (Rocha, 2021).

A dimensão política da cultura histórica dos militares propõe uma narrativa onde os atos de "bravura" cometidos pelo Estado durante a ditadura foram sempre uma reação às ações violentas da esquerda (Giordani, 1986). Nessa concepção, as Forças Armadas representariam o melhor da sociedade brasileira, com militares altruístas sempre dispostos a sacrificar suas vidas pela nação. A tomada do poder em 1964 é vista como uma reação à inexistência de um poder político responsável e competente, com a narrativa das Forças Armadas indicando uma postura

reativa dos militares, que não iniciaram a guerra, mas foram levados a ela (Giordani, 1986).

Além disto, essas narrativas exaltam a tradição, família e propriedade conforme a cartilha militar, além de sustentar que o Brasil não terá paz e maturidade política enquanto a esquerda existir (Giordani, 1986). A defesa da tradição ocidental, da família e da propriedade privada, junto ao combate ao avanço do marxismo cultural, base do comunismo, são os pilares da reorientação da nova ou direita alternativa¹, que utiliza a internet como seu principal espaço de proliferação (Stefanoni, 2021).

Refletindo sobre os âmbitos onde a cultura política orienta os sujeitos, Almond e Verba (1989) enfatizam que a cultura política possui três aspectos de orientação: o cognitivo, o afetivo e o avaliativo. A orientação cognitiva refere-se aos conhecimentos e crenças sobre o sistema político e seus representantes; a orientação afetiva, aos sentimentos individuais em relação à estrutura política; e a orientação valorativa utiliza elementos cognitivos e afetivos como referência para emitir julgamentos e expressar opiniões sobre o sistema político (Baptista, 2015).

É no campo afetivo que as concepções políticas da nova direita encontram espaço para agregar outras perspectivas de cultura política. As direitas alternativas se opõem a políticas que visam a justiça social, sendo o antifeminismo outro pilar dessas correntes políticas, além da constante defesa dos valores ocidentais e da postura politicamente incorreta (Gulliver-Needham, 2018; Stefanoni, 2021).

Para Berstein (1998), dentro de uma nação existe uma pluralidade de culturas políticas que possuem áreas de valores partilhados. Quando em um determinado período histórico um conjunto de valores é amplamente partilhado, uma vertente da cultura política torna-se dominante (Berstein, 2009), mas mesmo havendo uma cultura política hegemônica, outras culturas políticas podem coexistir no interior de uma sociedade.

A crise de legitimidade provoca a transformação das estruturas vigentes e o surgimento de uma nova normativa política, mas é necessário um intervalo de pelo menos duas gerações para que uma nova ideia política se apresente como portadora de respostas aos problemas sociais (Berstein, 1998). Assim, o nascimento de uma nova cultura política

1 Desde 2014, a ascensão da "nova direita" na América do Sul provocou uma série de golpes institucionais e instabilidades em países como Venezuela (2015), Equador e Bolívia (2014), Argentina (2015) e Brasil (2016). Essas "novas direitas" se destacam por adotar um discurso moderado com foco na desregulamentação e na abertura comercial. Além disso, buscam desmantelar ou enfraquecer tratados de integração regional, favorecem o capital em detrimento das classes populares, e unem as direitas tradicionais para enfrentar as forças políticas de esquerda (Segrera, 2016).

ocorre em resposta aos problemas fundamentais enfrentados pela sociedade. A redemocratização ocorrida na década de 1980 pode ser entendida como resposta ao esgotamento do modelo autoritário que vigorou por 21 anos. Por outro lado, parte da sociedade que pede a volta dos militares indica que o modelo democrático não atendeu plenamente os anseios de tais grupos. As direitas alternativas ganham visibilidade exatamente nesse contexto, após mais de 30 anos da redemocratização.

Ideologicamente, a direita alternativa fomenta a ideia de que os problemas sociais são causados pela esquerda, priorizando derrotar a esquerda em vez de oferecer propostas que visem combater os reais problemas da sociedade. Se alguém é explorado por seu empregador, deve lidar com isso ou buscar outro emprego; se as pessoas sofrem racismo institucional, devem ignorar. Esse discurso se torna poderoso, permitindo a discriminação de minorias étnicas por lutarem por seus direitos (Gulliver-Needham, 2018).

Sob essa perspectiva, qualquer questionamento ao status quo seria um ataque aos pilares da sociedade, onde a cultura burguesa e cristã é vista como o caminho mais promissor para a liberdade. A nova direita, utilizando recursos da internet, passou a operar através de um populismo que dissemina mensagens anti-sistêmicas, centralizando a batalha no debate. A entrada dessas novas correntes no jogo democrático obrigou as direitas tradicionais a adaptarem suas abordagens para não perder espaço. As direitas alternativas também impulsionaram demandas existentes em algumas sociedades, como o reforço da identidade nacional, a repulsa aos imigrantes, a condenação do multiculturalismo e, em alguns casos, a negação ou defesa de regimes militares (Stefanoni, 2021).

Com a internet se tornando um instrumento e um espaço para debates políticos, surgiram narrativas que afirmam que as soluções mais eficazes para os problemas sociais estão fundamentadas em práticas autoritárias, baseadas em períodos ditatoriais passados. Consequentemente, os meios de comunicação de massa e, atualmente, as redes sociais propagam discursos que evidenciam a coexistência de culturas políticas tanto participativas (democráticas) quanto de submissão (autoritária) em nossa sociedade.

Coleta e análise de informações sobre as comunidades virtuais intervencionistas

A expansão do ciberespaço como objeto de estudo impulsionou o desenvolvimento de novas metodologias para atender às demandas emergentes. Entre essas metodologias, a netnografia ganhou destaque ao se basear na observação de campos online. Essa abordagem utiliza dados provenientes da comunicação mediada por computador para alcançar uma

compreensão etnográfica de fenômenos culturais no ciberespaço. Optar por essa inspiração metodológica sublinha a importância da comunicação mediada por computador na vida das pessoas que participam de comunidades online.

O método netnográfico segue seis etapas principais da etnografia: 1) planejamento do estudo; 2) entrada no campo; 3) coleta de dados; 4) interpretação; 5) garantia de padrões éticos; e 6) representação da pesquisa. Durante os estudos sobre ambientes virtuais, surgiu a questão do nível de participação do pesquisador, dividida em duas perspectivas: *lurker* (espreitador) e *insider* (membro do grupo). Na abordagem *lurker*, o pesquisador não se identifica e não participa ativamente dos grupos estudados. Já na abordagem *insider*, o pesquisador é um membro ativo do grupo. Para esta pesquisa, optamos pelo método *lurker*.

Para investigar os pedidos de intervenção militar em comunidades online, utilizamos postagens e comentários em dois grupos de apoiadores do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (2018-2022) no Facebook. Essa escolha foi motivada pelo apoio declarado de Bolsonaro ao regime ditatorial, que possivelmente é compartilhado por seus seguidores. Todos os textos dessas interações foram integralmente copiados e tornaram-se uma extensa base textual em que se retiveram, além do escrito, dados como o autor (perfil) e a data da interação on-line.

Os critérios para seleção dos grupos foram: i) criação do perfil em 2018; ii) publicações indicando apoio ao ex-presidente Jair Bolsonaro; iii) mais de cinquenta mil membros; e iv) publicações diárias. Esses critérios asseguram que os grupos são estáveis e que as fontes serão preservadas para a pesquisa.

Com a base de dados textuais completa, iniciamos o tratamento das fontes para torná-las adequadas para análise. Utilizamos o programa OpenRefine para limpar o texto, eliminando caracteres desnecessários e itens indesejados. O software também permite a lematização, que agrupa palavras com o mesmo significado, facilitando a análise.

O arquivo resultante foi configurado para uso no programa Gephi, que permite verificar a incidência de palavras, conexões e comunidades semânticas. O software é capaz de analisar uma grande base de dados, e por meio disto, apresentar informações úteis ao pesquisador, o qual possibilita ter uma visão sistêmica e mais ampla do processo trabalhado. O Gephi apresenta informações em gráficos compostos por nós, que representam a função dos elementos analisados. Os gráficos são chamados de grafos G, e compõem uma representação geométrica de dados que algebricamente podem ser definidos como pares ordenados (V, E) (Netto, 1996), sendo V um conjunto de elementos textuais finito e E um conjunto de subconjuntos de dois elementos de V que são estabelecidos por meio

de uma relação binária. Os elementos de V são qualificados de vértices, pontos ou nós. Os pares ordenados de E são qualificados como arestas, linhas ou arcos do grafo (Claudino e Baltoré, 2015). Optamos por atribuir o grau ponderado, que soma todos os pesos das arestas ligadas a um nó, e pela classe *modularity*, que agrupa vértices semelhantes.

Através do grau ponderado, identificamos as postagens mais centrais na construção de discursos sobre intervenção militar. A classe *modularity* nos ajuda a entender como os elementos textuais se interligam e a analisar as comunidades semânticas e seus significados.

Nacionalismo fundamentado na contestação da democracia, exaltação dos militares e no anticomunismo

Após a extração e o tratamento dos dados, optamos por analisar os 20 posts com maior engajamento como apresentados no grafo seguinte.

Figura 1. Postagens com maior engajamento



Fonte: Elaboração dos autores (2023).

Importante ressaltar que identificamos os nós de maior volume por meio do número dos autores das postagens (ID, representadas pelos números no grafo) com maior engajamento. Portanto, não é trabalhado aqui com os nomes dos autores das publicações, mas sim, com sua identificação numérica. Por meio da aplicação da função Modulação Clássica (*Modularity Class*), obtivemos duas comunidades semânticas predominantes: uma

Portanto, essa interpretação da cultura política impulsionada pelas direitas alternativas reforça um padrão específico de identidade nacional em que os sujeitos envolvidos nesse processo entendem o tempo como algo estático no qual a cultura se mantém imutável, de modo que um ato político (a intervenção) seria capaz de restaurar aquela que é vista como uma “idade de ouro” do Brasil.

De acordo com a visão dos autores das postagens, os valores mais nobres da nação teriam sido corrompidos e o país colocado em uma crise civilizacional. A imaginação dessa crise potencializa a releitura do passado traumático, possibilita revisões e novas interpretações históricas que questionam a cultura histórica vigente (Jelin, 2001; Rüsen, 2009). No entanto, aqui reserva-se a transição do período militar para os governos civis pautada na conciliação e esquecimento (Kehl, 2010; Bauer, 2014; Motta, 2021), que permitiu que valores democráticos implementados após a redemocratização (participante), coexistissem com valores autoritários (sujeição), do período da ditadura. Momentos de crise de legitimação política (Berstein, 1998), como o vivenciado na última década, possibilitam o ressurgimento e/ou a exaltação de uma cultura política baseada na sujeição.

Como aponta Chauí (1995), o autoritarismo no Brasil não se trata apenas de um modelo de governo, mas sim, uma estrutura da nossa sociedade que, ao não realizar o luto histórico, tende a produzir repetições sinistras (Kehl, 2010). Por conseguinte, a cultura histórica predominante, representada nos grupos analisados, fornece ao sistema político almejado uma lógica autoritária que interpreta o tempo como cíclico, em que para o país avançar em direção ao futuro ele deve retornar ao passado ditatorial.

De acordo com as informações expressas no laboratório de dados do *Gephi*, o nó com maior número de conexões com a expressão Brasil é a palavra “povo”. Assim sendo, podemos considerar que os textos analisados atribuem à população relevância significativa no processo de tomada de decisão das questões políticas do país. Sendo assim, inferimos que a população que faz parte do território brasileiro deve estar alinhada com os pedidos de intervenção contra a implantação do comunismo, a favor da justiça e contra a corrupção e os ladrões. Em vista disso, segmentos da população que não estão alinhados a esses princípios não são considerados como povo, como argumentamos acima. O discurso da nova direita evidencia essa perspectiva ao se colocar contra qualquer posição política que almeje justiça social, valores defendidos pelo feminismo e a constante defesa dos valores ocidentais (Gulliver-Needham, 2018; Stefanoni, 2021).

Esse discurso logo se converte em um mantra dos conservadores, pois, todos que trabalham pela implementação de uma sociedade mais justa, que abranja demandas de minorias como a comunidade

LGBTQIA+, negros, indígenas, entre outros, que são pilares de um sistema democrático, são taxados de comunistas, assim como durante a ditadura (Motta, 2021), logo, não são considerados povo. Essas narrativas que permeiam o imaginário da extrema-direita está alicerçada no discurso de combate ao marxismo cultural, que não passa de uma teoria da conspiração (Stefanoni, 2021). Assim sendo, por meio dos pedidos de intervenção militar, se autoriza uma reedição da Doutrina de Segurança Nacional que teria essa parcela da sociedade como seu principal destinatário (Bauer, 2011).

Quando se analisa o nó com a tarja “corrupto”, percebe-se que sua relação mais intensa é com o elemento “Brasil”, seguido de “povo”, “república” e “país”, bem como “comunista”, “justiça” e “ladrão”. Trata-se de uma caracterização, em que o país é corrupto, assim como sua população; por esse motivo, os comunistas e ladrões se beneficiam pois a justiça também estaria corrompida pelo marxismo cultural (Stefanoni, 2021), que teria se espalhado por todas as esferas da administração pública. Aqui, percebemos que o elemento de salvação da nação é justamente o militar, estrato que não faria parte da maioria corrupta do país. Este argumento está evidenciado no texto de Giordani (1986), no qual afirma, repetindo uma antiga tradição castrense, que somente os militares têm características capazes de liderar a nação contra os males da corrupção.

O discurso nacionalista anuncia que para a salvar a nação da corrupção, a população deve ser fiadora de uma nova intervenção militar, cujos militares estariam autorizados a eliminar o Estado de Direito em prol de uma causa maior. Assim, percebe-se que para esse grupo, prevalece uma cultura política autoritária, que vai além da esfera política, pois está incorporada na mentalidade de parte da população (Chauí, 1995). Para essas pessoas, a visão do outro é entendida como uma afronta a seus valores, qualquer sujeito que não esteja de acordo com essa base ideológica encontra-se contaminado pelo marxismo cultural e, por conseguinte, a normalidade da ordem deve ser restaurada, mesmo que seja pelo uso da força.

Outro ponto que merece atenção, diz respeito à relevância que os nós “príncipe”, “principado” e “reino” ocupam na comunidade. Aqui, é possível constatar que, em algumas postagens, a forma de salvar o país se encontra no retorno da monarquia como forma de governo, o que significa que a cultura política coloquial está vinculada a perspectivas tradicionais de governo (Almond e Verba, 1989). Aqui se retoma o imaginário glorioso do passado imperial, para instaurar a pacificação militar da nação, para manter ou restaurar a ordem, bem como para garantir a estabilidade, a unidade e a continuidade, cujos membros desses grupos buscam reviver um passado utópico (Kalil, 2018).

Embora não seja central, existem outros elementos da narrativa que cabe comentar, dentre elas as menções a elementos de religiosidade contidos nos nós como “Jesus”, “Cristo” e “Deus”. Acreditamos que faça referência à defesa desta comunidade do Brasil como um país cristão, não apenas em termos estatísticos, mas como elemento definidor do caráter nacional. Portanto, o processo de purificação da nação deveria passar pela reinserção do cristianismo como aspecto central das estruturas políticas, sociais e morais da sociedade.

Se na esfera moral aparece o cristianismo como referência, quando se busca analisar as instituições e sujeitos alinhados com o processo de limpeza da nação, nos deparamos com os atores “Exército”, “general” e “quartel” como símbolos de honestidade para parte significativa da sociedade brasileira (o que reflete o argumento de Giordani, 1986). Portanto, o prestígio dos setores militares, contidos na opinião pública, reflete na comunidade online. Em alguma medida, isso pode soar clichê, mas ao analisar esses nós, o nó “Exército” possui maior grau de proximidade, e é possível observar que, primeiramente, estão as questões que envolvem a nação, o país, o povo e a Lei, e em seguida, aparece a narrativa anticomunista, os bandidos, a liberdade, as instituições democráticas e as eleições.

Partindo do exposto acima, concluímos que na comunidade semântica apresentada, há predomínio de uma narrativa nacionalista, na qual, toda a trama contida, encontra-se permeada por um discurso de detrimento da sociedade civil em relação às Forças Armadas, em que fica evidente que a representação máxima da perspectiva nacionalista é simbolizada pelos militares. Em contrapartida, a sociedade civil simboliza o que há de pior para o país; cabe a essa a função de enaltecer os militares para que o mesmo seja encarregado de expurgar do país o comunismo que tem na democracia, sua forma de angariar poder, e com isso, propagar sua ideologia nefasta. Portanto, em nome de proteger a nação da destruição que o comunismo causará, as Forças Armadas são convocadas a interferir no funcionamento das instituições democráticas, bem como a validar o processo eleitoral.

Antipolítica como estratégia política

Se na primeira comunidade, os elementos textuais destacados estavam relacionados às questões que versam sobre o nacionalismo, a segunda comunidade está alicerçada em uma visão política que almeja depreciar instituições e sujeitos que participam da política institucional. A partir do grafo seguinte, buscar-se-á analisar quais sentidos estão incutidos nas narrativas das postagens de maior engajamento.

Além do mais, percebemos que a ética está interligada com alguns componentes que comumente são taxados de antiéticos nos discursos que pedem intervenção militar. Partidos políticos, políticos, educação, corruptos, José Dirceu, Lula e parte dos brasileiros não são éticos ou são responsáveis por destruir a ética. Entendemos assim, que a crise política vivenciada no Brasil nas últimas décadas, que teve o auge na efetivação do golpe contra a presidenta Dilma Rousseff em 2016, possibilitou que elementos da memória coletiva, antes subterrâneos (Pollak, 1989), emergissem. A instabilidade política abriu espaço para que a extrema-direita por meio da propagação de narrativas reacionárias, questionasse a cultura histórica predominante.

A extrema-direita utilizou a internet como veículo de divulgação de seus discursos (Stefanoni, 2021), a proliferação das explicações históricas reacionárias por meio das mídias sociais, produziu impacto na vida prática dos sujeitos. Este fenômeno não se restringiu ao ciberespaço, pois implicou em ações antidemocráticas em diversas partes do Brasil, a partir do ano de 2018. Portanto, ao estudar os sentidos contidos nas narrativas online, buscamos compreender quais perspectivas históricas orientam o agir das pessoas, esse movimento é caracterizado como pesquisa online em comunidades (Kozinets, 2014).

Os discursos contidos nessas mídias sociais, indicam que a partir da crise das instituições democráticas brasileiras, se instaurou um processo de reflexão que promoveu questionamento sobre a identidade e a coesão da sociedade. Esses grupos se apegaram a narrativas que almejam uma cultura política autoritária que teve seu auge durante a ditadura. Assim sendo, a democracia e seus representantes contaminados pela ideologia de esquerda, são ameaças constantes que devem ser subjugadas pelos militares que são os verdadeiros guardiões da democracia (Giordani, 1986).

Seguindo essa lógica, a Operação Lava Jato² é colocada pelos autores como uma forma de combater a corrupção e restabelecer a ética nos espaços públicos. A extrema-direita se utilizando dessa operação, cria narrativas que personificam a corrupção, e ela deixa de ser da administração pública e passa a ser uma característica dos membros da esquerda nacional, que tem em Lula seu principal representante político, Dirceu como um dos principais quadros do Partido dos Trabalhadores (PT) também se torna alvo da personificação. Soma-se a isso, a denominação pejorativa petista que engloba cidadãos que apoiam o PT, logo, o termo petista

2 Deflagrada em março de 2014, tinha como objetivo investigar um grande esquema de corrupção e lavagem de dinheiro público envolvendo a Petrobras, empreiteiras e políticos do país (Cioccarri, 2015).

passou a designar qualquer pessoa que não compactue com as ideias da extrema-direita.

Novamente, tem-se assim a Doutrina de Segurança Nacional, que guiou boa parte das ações do período ditatorial, como referência para a extrema-direita. Isso significa que, como os petistas não são considerados cidadãos, podem ser alvo do terror promovido pelo Estado. Essas são justificativas para os pedidos de intervenção militar. Podemos então concluir que, de modo geral, as narrativas propõem a suspensão ou extinção da cultura política participante que predomina no país (Almond e Verba, 1989).

Por outro lado, um discurso que tem grande engajamento é, justamente, que a educação se encontra contaminada por ideologias que não representam os valores defendidos pelos membros dos grupos. São os valores da esquerda ou do comunismo que produziram uma grave crise na educação pública brasileira. Isso comprova que o ideário conservador militar dos 1980 é coerente, pois, enquanto a esquerda existir o Brasil não terá paz (Giordani, 1986). Nesse sentido, é urgente que a população lute por uma educação que tenha como princípios os valores propagados pelos militares; por conseguinte, a intervenção militar ganha um sentido educacional, o qual tem como objetivo mudar a estrutura contida na esfera da educação pública vigente.

Essa narrativa de que a educação pública foi cooptada pela esquerda começou a ser denunciado a partir de 2004 quando o Movimento Escola Sem Partido³ divulgava que escolas e professores trabalhavam em prol de um projeto que visava promover a ideologia de esquerda para todos os estudantes do país, ou seja, a educação pública implementada pelo PT busca promover os valores comunistas por meio do marxismo cultural (Stefanoni, 2021). Segundo Gulliver-Needham (2018), a extrema-direita é contra políticas públicas que pregam justiça social e a igualdade de gênero, a escola ao abordar tais temáticas está atuando em favor da disseminação desses valores que questionam a cultura burguesa pautada na família, na propriedade privada e no cristianismo (Stefanoni, 2021); com isso, se afasta do caminho mais promissor para se chegar a liberdade.

Em decorrência das análises promovidas é possível identificar que para essas pessoas, nossa sociedade vive uma crise ética e moral, instituída pelas forças de esquerda que afeta tanto as instituições políticas

3 Fundado pelo advogado Miguel Nagib com objetivo de combater e/ou auxiliar pais e estudantes que queiram denunciar a doutrinação ideológica de esquerda que acontece em escolas públicas e privadas de todo o país. Bem como orientar o comportamento para lidar com o problema da doutrinação ideológica cometida por professores e instituições escolares. <http://www.escolasempartido.org/quem-somos/>

quanto a educação, é nesses momentos de crise que pode haver o questionamento da cultura histórica e com isso o revisionismo histórico (Jelin, 2001). Essa crise sem precedentes demanda medidas urgentes, e essas medidas têm como referência os anos em que predominou no Brasil, o período ditatorial; ou seja, a intervenção militar seria uma forma de reação à crise promovida pelos agentes da sociedade civil e a democracia como ocorrido em meados de 1960 (Giordani, 1986).

Em suma, o que se pede por meio de uma perspectiva antipolítica é o fim do sistema político vigente, a democracia. Isso evidencia que o autoritarismo não é apenas uma forma de governo, mas sim, um traço da nossa sociedade (Chauí, 1995). Em vista disso, podemos considerar que no corpo social existem traços de uma cultura política não democrática que coexiste com a institucionalidade democrática (Avritzer, 1995). Logo, no interior da nação, existe uma pluralidade de culturas políticas que possuem áreas de valores partilhados (Berstein, 1998). A partir das eleições de 2018, se inicia uma disputa que almeja consolidar uma cultura histórica dominante a qual deve legitimar a cultura política de sujeição.

Como o ensino de história é o principal responsável pela socialização histórico-política nas instituições públicas de ensino básico (Cerri, 2021), a extrema-direita tenta garantir que o ensino de história não contribua para a formação de uma consciência histórica que fomente a geração de sentido genética, pois a mesma se aproxima de uma cultura política participante por estar associada a perspectiva democrática (Cerri, 2021). Portanto, se a cultura histórica é a representação coletiva da consciência histórica (Alves, 2013), em momentos de crise, como o que vivemos, para que haja a reinterpretação do passado para legitimar a consolidação de uma cultura histórica dominante, é fundamental deturpar narrativas que desmistifiquem o passado heroico dos militares. Para estabelecer essa perspectiva, os representantes da extrema-direita negam a existência da ditadura (Rocha, 2021), bem como, qualificam como revanchista qualquer iniciativa que almeje responsabilizar os militares pelos crimes cometidos contra a humanidade durante o período ditatorial (Almada, 2021). Os ataques à Comissão Nacional da Verdade (CNV) por militares conservadores evidenciam essa posição.

Considerações finais

A ascensão da "nova direita" na América do Sul, caracterizada por discursos nacionalistas, anticomunistas e pró-militares, tem impactado significativamente a cena política da região. A defesa da intervenção militar por parte de comunidades de extrema direita no Facebook brasileiro reflete uma visão autoritária e antidemocrática, que busca combater supostos males como corrupção e influência comunista. A idealização do período

do regime militar como uma época de valores cristãos, nacionalistas e ocidentais revela uma nostalgia por um passado idealizado e uma busca por restaurar uma suposta "idade de ouro" do Brasil. Embora haja certa identidade com os movimentos de "nova direita", "direita alternativa" ou simplesmente extremismo de direita ao redor do mundo, a dimensão do militarismo é uma das particularidades da expressão brasileira do fenômeno, decorrente de sua história.

A centralidade da palavra "Brasil" nas relações intertextuais ressalta a importância da construção da identidade nacional e dos debates em torno dos valores e da cultura política do país feitas por estes grupos. O padrão de nacionalidade ou de identidade nacional é restritivo, e apenas reconhece como brasileiros dignos de todos os direitos de cidadania aqueles que comungam dos princípios conservadores e autoritários, o que é em si uma negação da política, pois parte da negação do outro como adversário legítimo, convertendo-o em inimigo a eliminar para restaurar a nação idealizada. O avanço dessas estruturas de pensamento histórico e político não significam apenas o ressurgimento de um sujeito coletivo na cena política, mas uma ameaça concreta à qualidade e à própria existência da democracia.

A netnografia e a análise de redes sociais on-line revelam-se ferramentas valiosas para compreender as dinâmicas e os discursos presentes nas comunidades online, permitindo uma investigação aprofundada dos fenômenos político-sociais contemporâneos.

Referências

- Almada, Pablo Emanuel Romero (2021). O negacionismo na oposição de Jair Bolsonaro à Comissão Nacional da Verdade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 36(106). <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/CZVWV6TYjyzGpPnYG9Nnyfr/?format=pdf&lang=pt>
- Almond, Gabriel e Verba, Sidney (1989). *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. Londres: SAGE Publications.
- Alves, Ronaldo Cardoso (2013). História e Vida: o encontro epistemológico entre a didática da história e a educação histórica. *História y Ensino* 19(1), 49-69. <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/15535>
- Amaral, Adriana; Natal, Geórgia e Viana, Luciana (2008). Netnografia como aporte metodológico da pesquisa em comunicação digital. *Cadernos da Escola de Comunicação*, 1(6). <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/famecos/article/view/4829>

- Avritzer, Leonardo (1995). Cultura política, atores sociais e democratização: Uma crítica às teorias da transição para a democracia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 10(28), 109-122, junho. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/42454/mod_resource/content/2/avritzer.pdf
- Baptista, Leonardo (2015). O conceito de cultura política: das origens na ciência política norte-americana à historiografia contemporânea. Em: Adriana Pereira Campos, Patrícia Maria da Silva Merlo e Bruno César Nascimento (orgs.), *Anais do V Encontro Internacional UFES/ Université Paris-Est*. Vitória: LHPL. <https://periodicos.ufes.br/ufesupem/issue/view/631>
- Bauer, Caroline Silveira (2011). *Um estudo comparativo das práticas de desaparecimento nas ditaduras civil-militares argentina e brasileira e a elaboração de políticas de memória em ambos os países* (Tesis de doctorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/29576>
- Bauer, Caroline Silveira (2014). Quanta verdade o Brasil suportará? Uma análise das políticas de memória e de reparação implementadas no Brasil em relação à ditadura civil-militar. *Dimensões*, 32, 148-169. <https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/8371>
- Berstein, Serge (1998). A cultura política. Em: J. P. Rioux e J. F. Sirinelli (orgs.), *Por uma história cultural* (pp. 349-363). Lisboa: Estampa.
- Berstein, Serge (2009). Culturas políticas e historiográficas. Em: C. Azevedo et al. (orgs.), *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV.
- Bivar, Vinicius (2020). 'Long live the polarization': The Brazilian radical right and the uses of the past under Jair Bolsonaro. Em: Louie Dean Valencia-García (ed.), *Far-right revisionism and the end of history: Alt/histories*. Nova York; Abingdon, Oxon: Routledge.
- Cerri, Luis Fernando (2001). Os conceitos de consciência histórica e os desafios da didática da história. *Revista de História Regional*, 6(2), 93-112. <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2133>
- Cerri, Luis Fernando (2021). Interfaces entre cultura histórica e cultura política. *Topoi*, 22(46), 54-76, janeiro/abril. <https://www.scielo.br/j/topoi/a/3w9PsRNDxnxTrQ7dcVTXmFg/?format=pdf&lang=pt>
- Chauí, Marilena (1995). Cultura política e política cultural. *Estudos Avançados*, 9(23), 71-84.

- Cioccari, Deysi (2015). Operação Lava Jato: escândalo, agendamento e enquadramento. *Revista Alterjor*, 12(2), 58-78. <https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/aj12-a04>
- Claudino, Leandro e Baltoré, Paulo (2015). *Visualização analítica do sentimento negativo em opiniões acerca de serviços de telecomunicações emitidas por usuários do twitter* [Trabalho de Conclusão de Curso]. Faculdade de Tecnologia, Universidade de Brasília, Brasília.
- Giordani, Marco Pollo (1986). *Brasil Sempre*. Santa Maria: Tchê.
- Gulliver-Needham, Elliot (2018). Adam Smith to Richard Spencer: Why libertarians turn to the alt-right. *Medium*.
- Jelin, Elizabeth (2001). ¿De qué hablamos cuando hablamos de memorias? Em: *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo XXI.
- Kalil, Isabela Oliveira (2018). Notas sobre ‘Os Fins da Democracia’: etnografar protestos, manifestações e enfrentamentos políticos. *Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP*, (22). <https://revistas.usp.br/pontourbe/article/view/218357/199498>
- Kehl, Maria Rita (2010). Torturas e sintoma social. Em: E. Teles e V. Satisfle (org.), *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo.
- Kozinets, Robert V. (2014). *Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online*. Porto Alegre: Penso.
- Montardo, Sandra Portella e Passerino, Liliana Maria (2006). Estudo dos blogs a partir da netnografia: possibilidades e limitações. *RENTE – Revista Novas Tecnologias na Educação*, 4(2). <https://seer.ufrgs.br/rente/article/view/14173>
- Motta, Rodrigo Patto Sá (2014). Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. Em: Rodrigo Patto Sá Motta (org.), *Culturas políticas na História: novos estudos*. Belo Horizonte: Fino Trato.
- Motta, Rodrigo Patto Sá (2021). *Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Netto, Paulo Oswaldo Boaventura (1996). *Grafos: teoria, modelos, algoritmos*. São Paulo: Edgard Blücher.
- Noveli, Márcio (2010). Do Off-line para o Online: a Netnografia como um Método de Pesquisa ou o que pode acontecer quando tentamos levar a Etnografia para a Internet? *Revista Organizações em Contexto*, 6(12), 107-133. <https://www.redalyc.org/pdf/5342/534256505005.pdf>
- Pinheiro-Machado, Rosana e Vargas-Maia, Tatiana (eds.) (2023). *The Rise of the Radical Right in the Global South*. Abingdon: Routledge.

- Pollak, Michael (1989). Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, 2(3), 3-15. https://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf
- Rocha, João Cezar de Castro (2021). *Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político*. Goiânia: Editora e Livraria Caminhos.
- Rüsen, Jörn (2009). Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. *Revista História da Historiografia*, 2, 163-209, março.
- Rüsen, Jörn (2010). *História Viva: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília: Universidade de Brasília.
- Sanahuja, José Antonio; López-Burián, Camilo e Vitelli, Marina (2023). The rise of the new far right in Latin America: crisis of globalization, authoritarian path dependence and civilian-military relations. Em: Rosana Pinheiro-Machado e Tatiana Vargas-Maia (eds.), *The Rise of the Radical Right in the Global South* (cap. 6, pp. 112-124). Abingdon, Oxon; Nova York: Routledge.
- Segrera, Francisco López (2016). *América Latina: crisis del posneoliberalismo y ascenso de la nueva derecha*. Buenos Aires: CLACSO. <https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/bitstream/CLACSO/16488/1/America-Latina-Crisis-del-neoliberalismo.pdf>
- Stefanoni, Pablo (2021). *¿La rebeldía se volvió de derecha? Cómo el anti-progresismo y la anticorrección política están construyendo un nuevo sentido común (y por qué la izquierda debería tomarlos en serio)*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores.

